



ONDE O RURAL E O URBANO SE ENCONTRAM: IMPORTÂNCIA DAS FEIRAS DE AGRICULTORES PARA MACAÉ

*Giuliana Franco Leal¹
Denise Aparecida Pereira Siloto²*

1. INTRODUÇÃO

Em 1970, a cada 10 pessoas que moravam em Macaé, quatro viviam em áreas rurais, aproximadamente. Nas décadas seguintes, um processo de modernização agrícola conservadora (PALMEIRA; LEITE, 1998), vigente em todo o país, e o deslocamento do centro da economia macaense para a indústria do petróleo convergiram para a diminuição dessa população. Em 2010, apenas 1,9% da população estava no campo (IBGE, 2018). Contudo, essa pequena população é essencial para a dinâmica de qualquer cidade, como veremos ao longo deste capítulo. Parte desses agricultores e moradores da cidade tem oportunidades de encontro nas feiras livres que acontecem em três bairros e no centro de Macaé. Nelas, compram e vendem e, ao mesmo tempo, trocam informações, opiniões e saberes. As feiras são espaços que propiciam o sustento de famílias de agricultores que vendem seus produtos, são lugares de exercício de sociabilidade e ferramentas para o comércio de alimentos locais, em boa parte, pensados como vias para promoção da saúde e da sustentabilidade.

No momento em que este livro é escrito, existem quatro feiras em Macaé: a mais antiga, popularmente conhecida como Feirinha da Roça, acontece aos sábados no centro da cidade. A partir do ano 2016, outras três feiras menores surgiram durante a semana, contando com um número de barracas que varia entre 10 e 20, em diferentes dias e bairros: às terças-feiras, em Imbetiba; às quartas-feiras, na Glória; às sextas-feiras, na Praia do Pecado. A feira de sábado acontece com o apoio da Prefeitura e da associação, nas quais os feirantes se organizam. As demais foram iniciativas da Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais da Agricultura Familiar de Macaé (COOPMAC) em parceria com a Prefeitura e recebem o nome de Feira da Agricultura Familiar e Economia Solidária.

As informações que serão expostas neste capítulo foram coletadas a partir de várias estratégias de pesquisa. A primeira delas são entrevistas com os feirantes, realizadas entre agosto e outubro de 2016, na feira do centro da cidade, e entre julho e agosto de 2018 nas demais feiras. Na pesquisa, foram identificados 61 feirantes responsáveis por banca(s) em uma ou mais feiras, sendo 53 de produtos agropecuários *in natura* e as demais, exclusivamente de outros produtos, tais como pastel, bolos e tapioca. Dos entrevistados, 11 feirantes participam ao mesmo tempo de duas ou mais feiras. Entre o total de responsáveis pelas bancas, 56 (entre os quais 50 agricultores) responderam às entrevistas e concordaram com a divulgação dos dados. Também foram entrevistados 119 frequentadores da feira do centro da cidade, entre setembro de 2016 e fevereiro de 2017, e 11 frequentadores da feira da Glória, entre setembro e outubro de 2018. Por fim, ocorreu observação da Feirinha da Roça, de julho de 2016 a junho de 2017, e da Feira da Glória entre fevereiro e outubro de 2018.

Neste capítulo, em primeiro lugar, discutiremos a importância das feiras para os agricultores que dela participam e para suas famílias, em especial quanto ao papel da feira no escoamento da produção e na geração

de renda e de postos de trabalho no campo. Chama a atenção o número majoritário de agricultores familiares que as compõem. Sua participação será contextualizada no cenário da agricultura familiar no município e no país e pensada sob a perspectiva dos desejos e dificuldades de permanência desses trabalhadores/produtores na atividade agrícola. Na sequência, será discutida a importância das feiras para a população urbana, com especial destaque aos motivos pelos quais os frequentadores optam por elas. Traremos ainda reflexões sobre o papel das feiras em situações de crise. Por fim, enfocaremos alguns desafios enfrentados para a continuidade e expansão das mesmas e a importância de políticas públicas para o fortalecimento delas.

2. IMPORTÂNCIA DAS FEIRAS PARA OS AGRICULTORES

Destaca-se a importância das feiras para o escoamento da produção e para a geração de renda para os que vendem nelas os seus produtos. Metade dos feirantes entrevistados possuem-nas como a única via para venda da sua produção. Dois terços das famílias que vendem nessas ocasiões tiram das vendas o total ou a maior parte da renda mensal da sua família.

As feiras representam oportunidades de venda da produção especialmente para os agricultores familiares: entre os 40 entrevistados que souberam e concordaram em fornecer informações necessárias para classificá-los ou não como tais, 33 estavam nessa modalidade de produção. São considerados agricultores familiares, segundo a Lei nº 11.326 de julho de 2006 (acrescida de modificações trazidas pela lei nº 12.512 de 2011) da Constituição Brasileira, aqueles que desenvolvem atividades agropecuárias em propriedade rural de até quatro módulos fiscais, utilizando predominantemente mão de obra familiar, tendo um percentual mínimo de renda familiar originada de atividades econômicas de seu estabelecimento e dirigindo-o com sua família.

A agricultura familiar no país é base para a produção de alimentos para consumo dos próprios brasileiros, destinando seus produtos para consumo das famílias de agricultores e para as populações urbanas locais. 38% da produção total de alimentos no país vem da agricultura familiar, segundo dados da EMBRAPA (2014). De acordo com pesquisa promovida pelo CEPAL, FAO e IICA (2014), a agricultura familiar usa os recursos naturais de maneira mais sustentável e, sendo intensiva no uso de força de trabalho, gera mais postos de trabalho que a agricultura empresarial (mais especificamente, 77% do total) e tem maiores impactos de redução da pobreza e das desigualdades sociais.

Cada barraca pesquisada mantém, em média, quatro postos de trabalhos rurais ligados diretamente à produção de mercadorias para as feiras. A agricultura como base para a permanência de parte da população no campo pode ser considerada essencial numa cidade com 98% de população urbana distribuída irregularmente, como fruto de um processo de urbanização centrado na economia do petróleo e insuficientemente acompanhado de melhorias na infraestrutura urbana. De acordo com Cadena e Costa (2012), o intenso processo de urbanização experimentado por Macaé entre as décadas de 1980 e 2010, após instalação da Petrobras na cidade, foi acompanhado pela periferização dos moradores, favelização dos mais pobres, aumento da violência urbana, e expansão desordenada do território urbano.

Nessas circunstâncias, pode-se diminuir a pressão sobre a área urbana com a criação de condições para que os trabalhadores que desejam permanecer no campo possam fazê-lo. Entre os 50 agricultores entrevistados, 47 relataram interesse em permanecer no trabalho agrícola. Contudo, existem dificuldades que

eles enfrentam a esse respeito. No que se refere à produção, as mais mencionadas são as dificuldades de acessar financiamentos e a imprevisibilidade da produção por causa de variações de clima e pragas. Com menos menções, fala-se também nas dificuldades de encontrar mão de obra para trabalhar na roça.

Além disso, os agricultores relatam dificuldades de vender sua produção por outros meios, sendo as feiras consideradas uma alternativa importante. Outras formas são em vendas a domicílio (13 casos), para outros comércios, como supermercados e hortifrútiis (8 feirantes), para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (5 menções), compradores que vão à sua propriedade (4 agricultores) e em outros espaços públicos que não são feiras (3 casos). A comparação nos permite constatar que a feira é considerada mais vantajosa que as outras vias pelas seguintes razões: ganha-se mais, segundo 22 entrevistados, por se vender melhor e/ou por se conseguir melhores preços; há mais contato com consumidores, de acordo com 10 feirantes, o que leva a uma melhor sociabilidade ("conversar com clientes", "conhecer o freguês", "bater papo", "distrair-se", "trocar ideia") e lhes permite ampliar e melhorar seus negócios, seja se adaptando às demandas dos clientes, que eles conhecem melhor, seja pelos contatos que permitem outras formas de vendas. Também é dito por cinco entrevistados que poder vender seus produtos em um só dia e espaço traz facilidades. Menciona-se ainda que a saída de produtos sem agrotóxicos é melhor nas feiras, e que esse tipo de mercadoria, por não ser certificada, só alcançam bons preços de venda por meio dos elos de confiança e reciprocidade estabelecidos nesses contextos.

Dentro da lógica atual do sistema agroalimentar hegemônico, os modelos de produção e distribuição de alimentos têm assumido formas abstratas, nas quais a origem e destino dos produtos não importam e as relações estabelecidas estão cada vez mais profundamente ligadas a mecanismos de confiança em sistemas peritos, que se sobrepõem às relações tradicionais (GIDDENS, 1991). As feiras subvertem essa ordem ao aproximar quem de fato produz a quem realmente consome, oferecendo oportunidades de trocas, indagações e aprendizado mútuo.

Além disso, conforme eliminam-se os intermediários e diminuem-se as distâncias de transportes, os preços podem ser baixados e negociados e/ou gerar mais lucro para o próprio produtor. Preços mais baixos são vantagens das feiras em relação a outros tipos de comércio para 40% dos entrevistados. O menor gasto de combustíveis ainda se reflete em maior sustentabilidade.

A feira, por meio das vivências que proporciona, também tem um papel importante como instrumento na formação e manutenção da identidade do agricultor. O reconhecimento da relevância do seu trabalho e a sua experiência compartilhada trazem satisfação e contribuem para um aumento da sua autoestima. Os agricultores sentem-se mais valorizados através dos vínculos de fidelidade e confiança estabelecidos com os consumidores, que por sua vez se sentem satisfeitos ao adquirir produtos de qualidade e serem bem atendidos, em um ambiente informal e descontraído.

3. IMPORTÂNCIA DAS FEIRAS PARA POPULAÇÃO URBANA

Muitos frequentadores das feiras são fregueses fiéis, segundo relatos de feirantes e depoimentos de clientes que dizem comprar sempre nas mesmas bancas. Para os clientes mais frequentes, reservam-se mercadorias, corre-se atrás de suas encomendas comprando em outras barracas o que eles querem, pergunta-se da família e da saúde. De fato, entre os 119 frequentadores entrevistados na feira dos sábados, 65% vão à feira

todas as semanas e 18%, duas vezes por mês. A feira é um comércio complementar ao supermercado para 91% deles, em que se gasta apenas parte do orçamento destinado a alimentação.

Os motivos mais apontados pelos consumidores para comprarem nas feiras é a qualidade dos produtos: 68% dos entrevistados contam que buscam "alimentos mais frescos", "naturais", "saudáveis", "mais selecionados", "com menos agrotóxicos" ou "sem veneno". Observamos que, depois das perguntas sobre preços, as indagações mais frequentes são sobre o uso de agrotóxicos nos produtos alimentícios: "É orgânica?"; "Tem agrotóxico?"; "O senhor usa pesticida?"; "Vai veneno?".

Dos frequentadores entrevistados, 22,7% afirmam valorizar a feira pelo ambiente e oportunidade de encontro com pessoas: ali encontram-se amigos, a família passeia junto, as pessoas vão "ver o movimento da feira", o "ambiente é alegre" e pode-se "encontrar com quem bater um papo" e até "conhecer pessoas" (citando falas de frequentadores ouvidos na pesquisa). Durante as feiras, os moradores da cidade sentem-se seguros para circular por espaços públicos que muitas vezes passam a semana desocupados, como a praça onde ocorre a Feira da Glória, ou por onde se passa rapidamente e com olhos desatentos, como as ruas do centro da cidade.

"Às vezes saio daqui com as mãos vazias, mas venho para encontrar alguns amigos", contou um senhor à nossa equipe, após conversar animadamente com um feirante. Nas conversas sistematicamente observadas ao longo da pesquisa, os agricultores frequentemente nomeiam alimentos que os fregueses desconhecem, seus benefícios e diferentes modos de preparo. O contato e a negociação com os produtores dos alimentos também são vistos como vantagens: "os feirantes são agradáveis", "o atendimento é bom", "as pessoas são simpáticas", dizem alguns clientes; trocam-se informações sobre os produtos e sabe-se como eles foram produzidos. Diferentemente do que acontece nos supermercados, ali as mercadorias têm produtores com rosto, voz e história. Ao mesmo tempo em que os agricultores têm chance de serem reconhecidos por seu trabalho, os consumidores sentem-se mais seguros quanto à procedência dos alimentos que consomem. "Eu confio no [feirante de quem sou cliente], sei que ele planta com cuidado, que ele só traz "coisa boa". Se ele diz que não põe veneno, eu sei que ele não põe mesmo", conta uma freguesa entrevistada na feira.

O dia a dia da feira ilustra de diversas formas a maneira pela qual elos de confiança, solidariedade e reciprocidade são estabelecidos e como a qualidade é encarada por fregueses e feirantes. A maioria dos feirantes busca evidenciar, na organização e apresentação dos alimentos à venda, que os alimentos são frescos, saudáveis e saborosos; eles enaltecem as características dos seus produtos, enquanto estabelecem laços de amizade e credibilidade entre si e com seus fregueses.

Apesar do termo "qualidade" ser frequentemente citado e discutido, a sua definição está longe de apresentar consenso. De acordo com Harvey, McMeekin e Warde (2004, *apud* Cruz e Schneider, 2010, p. 24) o termo envolve o empírico e o normativo: faz referência a atributos de um produto, ao mesmo tempo que estabelece um julgamento a seu respeito. A qualidade não seria intrínseca aos alimentos, sendo necessário um referencial, que se estabelece a partir da relação entre o produto e o critério pelo qual está sendo avaliado. Cada componente da qualidade apelaria para um conjunto de valores e critérios distintos, um bom exemplo dessa complexidade é o de um alimento que é saboroso, mas que não é saudável.

No Brasil e no mundo, o entendimento sobre a qualidade dos alimentos sofreu alterações principalmente a partir do processo de industrialização. Para atender a uma crescente demanda de uma população cada vez mais urbanizada, o foco da indústria passou a ser a quantidade, o que justificava qualquer mudança no sistema de produção de alimentos, incluindo o uso de aditivos para redução de preço e maior durabilidade. Com a

produção mais centralizada e a distribuição organizada em circuitos longos (ambas dominadas por grandes empresas de alimentos e supermercados), a qualidade passou a ser associada a grandes estruturas e aspectos sanitários, utilizando preceitos de padronização, controle e rastreabilidade (CRUZ e SCHNEIDER, 2010).

Apesar dessa ainda ser a perspectiva convencional, novas tendências, como resultado da instabilidade do sistema dominante, vêm surgindo. Essas ainda representam modelos periféricos, porém apresentam-se como estratégias para a prosperidade rural baseadas nas potencialidades de cada região. A perspectiva tradicional, representada pela produção em escala incomparavelmente menor, pela agricultura familiar e pela proximidade entre produção e consumo pode ser uma importante via de desenvolvimento para o município de Macaé.

Nas feiras, o relacionamento face a face modifica a percepção dos consumidores em relação à qualidade e o próprio relacionamento estabelecido entre eles passa a ser visto como um critério importante na tomada de decisão de compra. Entre os consumidores entrevistados nas feiras dos bairros, todos mencionaram a qualidade dos produtos vendidos e a relação com os feirantes como motivos para frequentá-la.

Uma feira constitui um circuito curto de comércio, que pode ser definido como um circuito de distribuição que mobiliza até, no máximo, um intermediário entre produtor e consumidor. Esses circuitos também são chamados de "circuitos locais" ou "circuitos de proximidade", para evidenciar a noção de proximidade geográfica e o aspecto social da relação. A feira, como circuito curto de comércio e equipamento público de segurança alimentar e nutricional (ou seja, do direito de acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente (MACHADO, 2017)), reforça a autonomia e constitui maior peso e participação tanto de produtores quanto de consumidores, na definição dos modos de produção, distribuição, negociação de preços e consumo. A ideia de conhecer a origem do seu alimento e dialogar e comprar diretamente com quem o produz constitui uma fonte de empoderamento e independência (DAROLT, LAMINE E BRADEMBURG, 2013).

Introduzir o consumidor neste debate sobre padrões e níveis de consumo, incluindo o processo de formulação e implementação de políticas públicas, desde que haja um espaço de aliança entre os diversos setores da sociedade, tem o poder de ampliar o seu sentimento de pertencimento e de cidadania, fortalecendo a "ética da responsabilidade", onde indivíduos sentem-se também responsáveis pelas mudanças em prol do meio ambiente e de melhores condições sociais (PORTILHO, 2005).

4. AS FEIRAS E AS CRISES

As feiras livres têm ocupado uma posição marginal na economia de Macaé, centrada na indústria do petróleo. Contudo, respondem a questões essenciais de qualquer cidade, sobretudo as relativas à garantia de acesso a alimentos saudáveis. Como vimos, promover circuitos curtos de comércio é muito importante para a segurança alimentar e nutricional. Não se pode esquecer ainda que em situações de crise a proximidade pode ser crucial para o acesso aos produtos alimentícios. Foi o que se viu durante a greve de caminhoneiros que aconteceu em maio de 2018: enquanto boa parte dos supermercados estava desabastecida, vários agricultores locais conseguiram chegar aos locais das feiras com seus próprios meios de transporte, foram rapidamente cercados por clientes e venderam todos seus produtos antes mesmo que o sol nascesse.

Ainda que fosse frequente o relato de feirantes da feira de sábado sobre a queda do movimento desde que a cidade se encontrou em situação de crise econômica, os dados aqui apresentados mostraram que a mesma permaneceu como importante fonte de sustento das famílias de agricultores que vendiam ali parte ou o total de sua produção. Garantir condições para a permanência de agricultores no campo é essencial em uma cidade que viu sua população rural reduzida a menos de 2% e não conseguiu criar uma infraestrutura e serviços suficientes para os moradores das áreas urbanas. A agricultura familiar – cujos benefícios comentamos em item anterior – é uma alternativa econômica para uma parte da população, particularmente em momentos de crise que destrói empregos urbanos, e é ainda mais necessária como alternativa para o futuro de uma cidade baseada na economia de um bem finito.

Além de respostas a crises econômicas, as feiras têm importância no que se refere à crise ambiental. Até a década de 1970, quando mais de um terço da população de Macaé ainda vivia na área rural, a discussão sobre a crise ambiental residia nos debates sobre os limites para o crescimento populacional. A partir da “Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente humano”, realizada em Estocolmo (1972), essa crise sofreu o seu primeiro deslocamento discursivo e passou a ser associada, principalmente, ao modelo produtivo das nações industrializadas. Posteriormente, durante a preparação para “Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento”, mais conhecida como *Rio92*, um novo deslocamento discursivo levou o debate à desigual contribuição dos diferentes estilos de vida e consumo para os problemas ambientais globais. Atualmente, essa relação entre consumo e meio ambiente vem ganhando ainda mais importância e apresenta-se como um dos principais caminhos na busca pela sustentabilidade (PORTILHO, 2005).

As feiras livres remetem a uma das primeiras formas de comercialização de frutas, legumes e verduras e a sua consolidação contribui “como instrumento de melhoria para a seleção e aquisição de alimentos saudáveis” (Ministério da Saúde, 2009). Em 2010, foi lançado pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) o relatório “A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada – Indicadores e Monitoramento”. O relatório aponta sete dimensões de observação da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), dentre elas interessa a este capítulo aquela que aborda o monitoramento da produção e disponibilidade de alimentos, ambos aspectos fortemente relacionados à concretização do Direito Humano à alimentação adequada.

O relatório destaca a importância da agricultura familiar no Brasil, que cumpre papel estratégico na oferta de alimentos para o mercado interno e na sustentação de algumas das cadeias de produtos de exportação; e afirma que o desenvolvimento desse modelo de agricultura é essencial para a soberania e a SAN das populações do campo e da cidade (CONSEA, 2010).

Nesse contexto, tanto a agricultura familiar quanto a feira consistem em importantes atores na promoção da SAN e da sustentabilidade. A produção diversificada, característica intrínseca à agricultura familiar, a prática menos danosa à natureza, a autonomia do agricultor graças à renda gerada pela venda de seus produtos e o respeito à cultura alimentar local são importantes contribuições desse sistema agroalimentar.

5. DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS

Os aspectos positivos da realização das feiras traduzem-se na aprovação que elas encontram entre feirantes e clientes: 95% dos agricultores entrevistados disseram que gostam de vender nas feiras e 98% dos

consumidores que responderam à pesquisa citaram que gostam de frequentá-las. Contudo, não se pode ignorar que há problemas que precisam ser superados para que elas possam se manter e se expandir. Não entraremos nos problemas específicos à produção agropecuária, mas apenas em questões relativas à comercialização, mencionadas por consumidores e feirantes.

Estes últimos levantam como principais aspectos a melhorar a infraestrutura da feira (estrutura das barracas, cobertura para chuva, pontos de energia elétrica, banheiros) e a assistência no transporte das mercadorias. Existem constantes menções à importância de que a Prefeitura atue em relação a essas demandas, em claro apelo a que ela seja alvo de políticas públicas eficazes. Por sua vez, questões sobre as regras de participação e fiscalização dividem os comerciantes: alguns consideram que só devem participar agricultores do município, enquanto outros consideram que a participação deve ser estendida a produtores da região; há quem defenda que se possa trazer produção que não seja própria, e há quem, pelo contrário, considere que a fiscalização deve ser mais rígida, eliminando feirantes que vendam mercadorias compradas de outra pessoa ou comércio; a ampliação do número de barracas também não é ponto de consenso.

A presença na feira requer dos agricultores pelo menos dois dias intensos de trabalho, uma vez que a organização tem início no dia anterior, com todos os preparativos que envolvem os processos de colher, selecionar e embalar os alimentos, além da preparação de outras ferramentas que são essenciais para o trabalho, como por exemplo a balança, as sacolas plásticas, moedas e notas para troco, caixas para transporte, instrumentos para manipular os alimentos, entre outros. O tempo que é consumido com todas as atividades relacionadas à presença na feira muitas vezes funciona como um limitador, e por conta disso muitos dos agricultores deixam de frequentá-las porque o tempo deve ser remanejado para outras atividades prioritárias.

Os consumidores, por sua vez, apresentam muitas divergências quanto ao melhor dia e local para ocorrência da feira. Aproximam-se dos feirantes na demanda por melhor estrutura, no que incluem a necessidade de local para estacionamento. Uma demanda frequente entre os clientes é a melhoria das condições de higiene dos produtos expostos, com apelo a melhor vigilância sanitária. Um aspecto interessante percebido na pesquisa empírica é a frequente busca por produtos sem agrotóxicos pelos clientes, que talvez constitua um nicho de mercado importante para os agricultores/feirantes. Mas qualquer afirmativa nesse sentido deve ser melhor investigada.

6. CONCLUSÕES

Em suma, as feiras de Macaé têm se tornado um sinônimo de qualidade para os frequentadores e um dos principais motivos que levam a população a frequentá-las: frescor dos alimentos, conhecimento da origem e menos uso de agrotóxicos são alguns dos atributos que eles destacam na tomada de decisão de compras. As feiras funcionam como um ponto de convergência de diversos fluxos de consumo, rituais, trocas de saberes e, portanto, de educação. Os agricultores, especialmente os familiares, têm sua cultura valorizada e têm nas feiras oportunidades de resistência.

O fortalecimento da agricultura familiar é uma orientação geral do CONSEA (2010) para a garantia da segurança alimentar e nutricional, além de ser importante para a redução das desigualdades e para a promoção da sustentabilidade (CEPAL, FAO e IICA, 2014). Especialmente em Macaé, pelo seu histórico de urbanização

acelerada movida pela indústria do petróleo, o alívio à pressão sobre áreas urbanas pode ser uma importante contribuição da agricultura familiar. A reprodução desse modelo de produção de alimentos passa pela existência de feiras: elas oferecem uma alternativa às dificuldades de acesso aos circuitos longos de comércio, que incluem questões de sazonalidade, de uso de embalagens sofisticadas, de escala de produção, de exigência de vendas consignadas e de imposição de preços pelos intermediários.

Por tudo isso, são necessárias e importantes políticas públicas que valorizem e fortaleçam esse tipo de comércio, com regulamentações adequadas às suas singularidades e com ações integradas entre poder público, feirantes e consumidores. Várias frentes devem ser contempladas: na etapa da produção, com medidas como facilitação no acesso a financiamentos e incentivos à produção agroecológica; na etapa da venda, especialmente nos aspectos da melhoria da estrutura física, do transporte das mercadorias até o local, dos cuidados com a higiene na exposição dos alimentos e do desenvolvimento de feiras que atendam às demandas por produtos sem uso de agrotóxicos; por fim, no último elo desse circuito, na disseminação do conhecimento do processo de produção e comercialização de alimentos locais de qualidade.

NOTAS

¹ Professora no Núcleo em Ecologia e Desenvolvimento Ambiental de Macaé, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutora e Mestre em Sociologia e licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. Endereço Institucional: NUPEM/UFRJ - Av. São José Barreto, 764 - São José do Barreto, Macaé - RJ. E-mail: giulianafrancoaleal@yahoo.com.br

² Professora na Universidade Federal do Rio de Janeiro, campus Macaé. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais no Núcleo em Ecologia e Desenvolvimento Ambiental de Macaé, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Graduada em Administração Internacional de Negócios pela Universidade Federal do Paraná. Endereço Institucional: UFRJ - Macaé, Av. Aloísio da Silva Gomes, 50 - Granja Cavaleiros, Macaé - RJ. E-mail: denisesiloto@hotmail.com

³ Agradecimento: A Bruno Correa da Silva, Debora Silva do Nascimento Lima, Eva de Melo Lartigue e Natalie Camargo Prates, pelo auxílio na coleta de dados; a Stefani Ribeiro Chavese Thays de Almeida Lobo, pela participação na coleta e sistematização de dados; aos programas PIBIC-UFRJ e PIBIC-CNPq pelas bolsas de iniciação científica e iniciação científica para o ensino médio que permitiram a participação de parte dos estagiários de iniciação científica acima mencionados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 11.326 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF, julho de 2006.

_____. Lei n. 12.512 de 14 de outubro de 2011. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006. Brasília, DF, outubro de 2011.

CADENA, Alberto; COSTA, Ricardo Cesar da Rocha. Macaé Capital do Petróleo: Desenvolvimento Econômico, Desigualdades Sociais & Expansão Urbana. Macaé/RJ: Prefeitura Municipal de Macaé / Programa Macaé Cidadão, 2012.

CEPAL; FAO; IICA. *Perspectivas de la agricultura e del desarrollo rural en las Américas, 2014: una mirada hacia América Latina y el Caribe – resúmen ejecutivo*. 2014. Disponível em <<http://repiica.iica.int/docs/b3165e/b3165e.pdf>>. Acesso em 02 de setembro de 2015.

CONSEA, 2010. *A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil - Indicadores e Monitoramento - da Constituição de 1988 aos dias atuais*.

CRUZ, F.; SCHNEIDER, S. Qualidade dos alimentos, escalas de produção e valorização de produtos tradicionais. *Rev. Bras. de Agroecologia*, v. 5, n. 2, 2010.

DAROLT, M.; LAMINE, C.; BRADEMBURG, A. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. *Revista Agriculturas*, v. 10, n. 2, junho 2013.

EMBRAPA. *Agricultura familiar no Brasil*. 2014. Disponível em <<http://www.embrapa.br/aiáf-14-agricultura-familiar-no-brasil>>. Acesso em 05 de setembro de 2015.

GIDDENS, ANTONY. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.

MACHADO, R. *Segurança Alimentar e Nutricional e Soberania Alimentar*. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/acesso-a-informacao/institucional/conceitos>>. Acesso em: 22 de outubro de 2018

MALUF, R.; MENEZES, F. *Caderno Segurança Alimentar*. Disponível em <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/alimentacao/tconferencias.html>>. Acesso em: 12 out. 2018.

PALMEIRA, M. & LEITE, S. (1998). Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas. In: COSTA, L.F.C. & SANTOS, R. (Orgs.). *Política e reforma agrária*. 1.ed. Rio de Janeiro: Mauad, p. 92-168.

PORTILHO, F. *Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania*. São Paulo: Cortez, 2005.